

## O sindicalismo e os actuais conflitos laborais: contos velhos, rumos novos?

Numa entrevista à LUSA, em Janeiro, a propósito do aumento de conflitos laborais em 2018 e nos primeiros meses deste ano, o Presidente da República declarou: "dizem as estatísticas que, porventura, a maioria das greves são convocadas, não pelos sindicatos clássicos, mas por outros sindicatos". Em Fevereiro, ao participar no programa "Circulatura do Quadrado", o Presidente voltaria a insistir nesta ideia, apelando à criação de alternativas fortes e claras de poder (leia-se, por parte da direita), para evitar dar espaço a "uma oposição inorgânica". "São movimentos sociais, são realidades, reivindicações sociais à margem das grandes centrais sindicais", disse. E mais recentemente (RTP3, 23/04) alertou para os vazios da democracia que estão a originar a "sindicalização de movimentos inorgânicos".

Tudo isto foi proclamado ainda com mais clareza pelo jornal de direita radical Observador, no artigo "Vivam as greves livres" (26 de Abril), contendo a tese de que esses movimentos são o sintoma da "falência do sindicalismo tradicional" e de que "estes novos sindicatos têm nascido a partir de movimentos inorgânicos", chave explicativa na moda.

É interessante constatar que o Presidente, que tem mantido uma distância calculista face ao mundo do trabalho organizado, seja hoje um persistente comentador destes temas, fazendo convergir a sua voz com a tese de que os sindicatos "tradicionais" estão a ser substituídos por novos sindicatos e movimentos "inorgânicos", por incapacidade de representarem os trabalhadores. Tudo isto com o agitar do fantasma do "populismo", convertido em arma de arremesso político e em conveniente instrumento para meter no mesmo saco esquerda e direita.

Esta argumentação, que lembra o Procusto da mitologia grega, torce e manipula a realidade concreta, os dados e os factos sociais para atacar o sindicalismo realmente existente, explorando as suas fragilidades. E tira assim clareza e rigor à compreensão dos movimentos sociais e políticos, promovendo ondas mediáticas que tendem a impor no espaço público o reducionismo simplificador e enganoso dos clichés, em detrimento da análise da causalidade complexa e diversa da criação de sindicatos e dos processos sociais e laborais.

### Afinal, quem tem convocado as greves?

No ano de 2018 e nos primeiros meses de 2019 verificou-se, de forma mais expressiva na Administração Pública, mas também no sector privado, um aumento significativo da conflitualidade laboral. Os dados que aqui utilizamos<sup>1</sup> referem-se sobretudo à contabilidade dos pré-avisos de greve, já que a informação sobre a adesão às greves é insuficiente para uma análise mais consistente.

O número de pré-avisos de greve registados pela DGAEP (Administração Pública) subiu de 151 em 2017 (quase duplicando o valor de 2016) para 260 em 2018, ao que acrescem os 135 pré-avisos comunicados no primeiro trimestre de 2019.

Quanto aos pré-avisos no sector privado, os dados da DGERT apontam para um crescimento de 613 em 2017 para 733 em 2018, valores, contudo, distantes dos atingidos nos anos mais duros da governação da direita com a *troika* (1 895 pré-avisos em 2012 e 1 534 em 2013). E regista-se também um aumento de processos para definição de serviços mínimos: de 127 em 2016 para

<sup>1</sup> As fontes dizem respeito aos relatórios da DGERT e do GEP (MTSS) e da DGAEP (MF).

146 em 2017. As estatísticas do GEP confirmam também o aumento do número de greves e do número de dias de trabalho perdidos.

As organizações signatárias dos pré-avisos estão, em geral, constituídas há bastante tempo, ao contrário do que sugere a percepção apressada e superficial do Presidente da República. São sindicatos na sua grande maioria filiados nas duas principais centrais sindicais (CGTP e UGT), ou que, pelo menos, com elas cooperam. Isto é, foram mesmo sindicatos “clássicos” os que convocaram e organizaram a grande maioria das greves. Embora greves recentes e com forte impacto público de dois grupos profissionais, as “greves cirúrgicas” por procuração dos enfermeiros e a greve dos motoristas de transporte de matérias perigosas, tenham sido convocadas por novos sindicatos. Na verdade, a “morte anunciada”, e por alguns desejada, do “sindicalismo clássico” é manifestamente prematura.

### **Enfrentar a crise de representação do sindicalismo com verdade e com rigor**

Questão diferente é a do reconhecimento e análise das profundas mudanças relacionais, tecnológicas e organizacionais do mundo do trabalho que o sindicalismo hoje enfrenta e que se repercutem no enfraquecimento dos laços de solidariedade e de pertença à classe trabalhadora. Favorecendo a maior individualização e as lógicas de grupo nas relações de trabalho, sobretudo por parte de grupos profissionais com mais recursos de poder e de pressão, que tendem a organizar-se sindicalmente de modo autónomo. Com novos actores e novas formas, manifestam-se e renovam-se antigas tensões entre representação vertical e representação profissional e, dentro desta, entre distintos grupos ou categorias.

Os baixos níveis e o declínio da sindicalização e da densidade sindical (a rondar os 15%)<sup>2</sup>, bem como a reduzida presença de representantes eleitos nos locais de trabalho<sup>3</sup>, embora reflectindo tendências internacionais, situam Portugal na cauda dos países membros da UE e exprimem uma séria crise de representação que importa enfrentar e não ignorar. Crise que não reduz a importância e o protagonismo do movimento sindical, que continua a constituir a maior força social organizada em Portugal, com 377 associações sindicais (300 sindicatos) e algumas dezenas de milhar de dirigentes, delegados sindicais e outros representantes eleitos<sup>4</sup>, contributo e condição insubstituível para uma democracia saudável e que importa, por isso, reconhecer e proteger. Uma crise que deve ser enfrentada com debate e análise rigorosos e não por grelhas de leitura superficiais que, exaltando casos pontuais e mediatizados, escondem e confundem mais do que esclarecem sobre as mudanças no trabalho e os desafios actuais do sindicalismo.

---

<sup>2</sup> No sector privado a sindicalização declarada pelas empresas (através dos Quadros de Pessoal e do registo de quotizações por desconto directo nos salários) aponta para uma taxa de 8,3% em 2016, inferior à de 2015 (8,8%), sendo mais elevada nas grandes e médias empresas (18,1% e 7,6%). A sindicalização real é, contudo, mais expressiva, considerando os trabalhadores que pagam as suas quotas directamente aos sindicatos, sendo razoável estimá-la em cerca de 10%. No Estado, a sindicalização é mais elevada. A OCDE aponta uma sindicalização de 16,1% em Portugal (2014), sendo previsível hoje uma sindicalização de 15% dos trabalhadores no activo (4 milhões TPCO). Os números “políticos” declarados pelas duas centrais sindicais (CGTP e UGT) à Confederação Europeia de Sindicatos (CES) são mais elevados, 500.500 e 350.000 sindicalizados, respetivamente (incluindo nestes números os reformados sindicalizados), a que ainda se somaria a sindicalização dos sindicatos independentes, o que significaria taxas de sindicalização acima dos 20%.

<sup>3</sup> Um indicador que situa Portugal nos últimos lugares ao nível da UE-28, de acordo com dados do Instituto Sindical Europeu (*The European Participation Index*).

<sup>4</sup> Livro Verde das Relações Laborais 2016 (MTSS).

A este propósito, o artigo do Expresso de 27 de Abril, intitulado “Novos sindicatos fogem da CGTP e da UGT”, referenciando o facto de apenas 2 dos 24 novos sindicatos constituídos desde Janeiro de 2017 estarem filiados em centrais sindicais (na UGT) pretende apresentar como novidade situações e processos que não são novos, sendo embora justo reconhecer que dá também voz a opiniões pertinentes de Arménio Carlos (CGTP) e Sérgio Monte (UGT) sobre o tema. A “descoberta” do Expresso é ancorada em testemunhos sindicais de casos mais mediatizados (enfermeiros e motoristas de materiais perigosos) e num testemunho do “caso de polícia” em que se converteu o sindicalismo na PSP<sup>5</sup>. Além disso, não tem em conta a comparação com a situação preexistente, nem a pequena dimensão e características dos sindicatos constituídos ou a análise das causas diversas da sua criação e a extinção de bastantes sindicatos no mesmo período.<sup>6</sup>

Uma análise temporal mais dilatada que a realizada pelo Expresso aos sindicatos constituídos desde 2012 até Abril de 2019, registados nos Boletins de Trabalho e Emprego (BTE), permite constatar que foram criados 45 novos sindicatos: com prevalência da administração pública central e local (cerca de metade), incluindo 9 sindicatos da PSP, 4 portuários e 15 de sector de actividade, de empresa ou generalistas (um até reclama ser dos “trabalhadores do concelho de Almada”). A maioria é, ou parece ser, de categorias ou grupos profissionais específicos e 2 têm fortes indícios de influência patronal na sua constituição<sup>7</sup>. O ano com maior número de novos sindicatos criados (11) é o de 2018, tendo quase todos representatividade reduzida, com genealogias e traços muito diversos, desmentindo em regra a tese da criação a partir de movimentos “inorgânicos”, parecendo antes predominar a disputa da hegemonia em relação aos sindicatos dominantes nas áreas respectivas (ressalvando a especificidade da pulverização sindical oportunista na PSP) ou a vontade de organização de interesses que não se consideram representados.

Se também compararmos os 300 sindicatos referenciados no Livro Verde das Relações Laborais 2016 com os 79 sindicatos filiados na CGTP (mais 47 não filiados que cooperam com a CGTP no

---

<sup>5</sup> O artigo contém declarações de um sindicalista da OSP/PSP, criada em 2018, que é um péssimo exemplo de oportunismo no uso de crédito de horas: a OSP tem 316 dirigentes para 451 associados. Na PSP existem 16 sindicatos, 3 680 dirigentes e delegados sindicais e um total de 15 177 sindicalizados (DN 04/04/2019), a que se juntou mais um – o SDPP – com 27 dirigentes, que são também os seus sócios, com estatutos publicados em Abril (BTE 15/2019). O primeiro sindicato constituído e o mais representativo – a ASPP – tem 48,7% dos sindicalizados, a quase totalidade dos representantes sindicais eleitos para o Conselho Superior de Polícia (3 dos 4) e a totalidade dos 3 eleitos para o Conselho de Deontologia e Disciplina, recolhendo mais de 2/3 dos votos (Acta final do processo eleitoral 2018). Dividir para influenciar e os 300 dias de créditos sindicais consumidos num ano explicam esta deriva até agora tolerada por partidos, governo e movimento sindical, estando em vias de ser aprovada uma nova lei sindical da PSP que é suposto limitar este abuso e as práticas condenáveis de dupla filiação sindical.

<sup>6</sup> Entre 2006 e 2015, verificou-se a extinção de 102 sindicatos (Livro Verde 2016), quer por processos de reestruturação para concentração de recursos (sobretudo sindicatos da CGTP), quer por imperativo legal de extinção de associações sindicais que não tenham promovido a eleição da Direcção num período de 6 anos após a publicação da anterior eleição no BTE.

<sup>7</sup> Dois novos “sindicatos” têm notórios propósitos de divisão e influência patronal: o SEP 265, que terá sido constituído com o apoio do operador portuário turco do porto de Setúbal (YILPORT) por um grupo de 8 dos 10 trabalhadores que furaram a greve bem sucedida da quase totalidade dos estivadores do porto de Setúbal conduzida pelo SEAL; a ASSP – Associação Sindical da Segurança Privada, com sede no Seixal e cuja criação terá relação com uma empresa privada de vigilância, visando disputar a influência do sindicato representativo do sector, o STAD/CGTP.

âmbito do que chama “movimento sindical unitário”)<sup>8</sup> e com os 49 sindicatos filiados na UGT<sup>9</sup>, verificamos que apenas 42,6% dos sindicatos constituídos são filiados nas centrais sindicais, as quais não deixam por isso de concentrar e representar a grande maioria dos trabalhadores sindicalizados.

Há décadas que existe em Portugal um número muito elevado de sindicatos não filiados nas duas centrais sindicais (na sua maioria pequenos e muitos com vida efémera ou precária)<sup>10</sup>, parte dos quais cooperam com estas. E a criação de novos sindicatos não se tem traduzido sequer em aumento da sindicalização. É verdade que a crise de representação existe, mas debatê-la e enfrentá-la seriamente não passa por abordagens superficiais e pouco rigorosas.

### **Dois casos de estudo**

Dois conflitos laborais de grande expressão política e social nos sectores públicos da Educação e da Saúde – professores do ensino não superior e enfermeiros – justificam uma análise cuidada à luz dos contextos e dos significados associados à emergência de novos actores no mundo do trabalho. Com resultados e processos distintos, estes dois conflitos envolveram movimentos não sindicais e novos sindicatos, os quais, sendo difícil não considerar como “clássicos”, no sentido em que os seus objectivos e formas orgânicas não se distinguem dos demais, procuraram diferenciar-se e competir com os sindicatos dominantes nos respectivos sectores, avançando com novos processos radicalizados de luta.

#### **O caso dos professores do ensino não superior**

Com estatutos e constituição aprovados no início de 2018, e definido como de âmbito nacional, o STOP foi criado a partir de um grupo de docentes, sobretudo da região de Lisboa, identificados com um pequeno grupo político sem representação parlamentar (normalmente classificado como de “extrema-esquerda”<sup>11</sup>) e que antes participara no maior sindicato de professores da FENPROF (o SPGL), aí concorrendo às eleições sindicais de 2012 com uma lista sem resultado expressivo.

O STOP convocou greves em Junho e Julho de 2018, no período dos exames e avaliações, investindo na radicalização do processo de luta, no descontentamento dos docentes e na crítica à FENPROF e à plataforma sindical que reúne as organizações do sector (da UGT e da CGTP) e que têm conduzido o processo de luta pelo reconhecimento integral do tempo de serviço. Ou seja, o STOP tentou explorar em seu proveito o desgaste, os impasses, o vazio negocial e a falta de resultados num processo muito prolongado. Contudo, não só não houve adesão expressiva dos docentes às suas convocatórias, como não demonstrou poder de mobilização relevante,

<sup>8</sup> Relatório de Actividade 2017 da CGTP-IN refere 80 sindicatos filiados, tendo depois sido extinto em 2018 um pequeno sindicato filiado (Curtumes).

<sup>9</sup> Relatório do SN ao XIII Congresso da UGT (2017).

<sup>10</sup> Existem também sindicatos não filiados com recursos e sindicalização elevados, há muito implantados e com grande expressão nos respectivos sectores, como sucede no caso do SFJ (que sindicaliza 70% dos oficiais de justiça), do STI (dominante sector dos impostos), do SNQTB (no sector financeiro, de orientação ideológica de direita e principal motor da USI, tentativa de constituição de uma central sindical de direita, dita “independente”), da ASPP (PSP), dos Maquinistas da CP ou dos Pilotos da Aviação Civil.

<sup>11</sup> Na área destes pequenos grupos políticos têm-se registado outras iniciativas de criação de pequenos sindicatos, que tentam explorar os vazios de sindicalização. Um caso recente é a criação, em 2018, de um “Sindicato dos Trabalhadores da Autoeuropa e do Sector Automóvel” (STASA), de âmbito nacional e vertical, denominação depois alterada para “Sindicato dos Trabalhadores do Sector Automóvel”. Na Autoeuropa não tem, porém, presença sindical com significado. Aliás, a sindicalização nesta empresa com cerca de 6 mil trabalhadores é muito baixa (cerca de 9%) e tem decrescido continuamente.

apesar da boleia que conseguiu, pelo efeito de novidade, através da cobertura e projecção mediáticas. Hoje, encontra-se em notória perda de iniciativa e actividade, tendo provavelmente algumas centenas de associados, um número muito pequeno face às dezenas de milhar de sindicalizados no ensino não superior, com 134.000 docentes e uma taxa de sindicalização que se estima à volta dos 40%, com hegemonia da FENPROF.

É, também, curioso constatar que os movimentos de professores à margem dos sindicatos (o que não quer dizer anti-sindicais), ditos “inorgânicos” e alimentados pelas redes sociais, tiveram, ao longo deste processo, uma presença bem mais apagada do que nas grandes mobilizações de docentes, conduzidas e enquadradas pelos sindicatos e que alcançaram o seu auge com Maria de Lurdes Rodrigues na tutela da Educação, entre 2005 e 2009. Foi então que, convocadas pelos sindicatos, se verificaram as maiores manifestações nacionais de um único sector na história do sindicalismo português. Ou seja, desmentindo algumas teses em voga, a radicalização e a mobilização social podem conjugar o enquadramento e a liderança sindicais com outros movimentos de sinal diverso, e que exprimem a circulação de ideias, iniciativas grupais e dinâmicas da participação social.

### **O caso dos enfermeiros do Serviço Nacional de Saúde (SNS)**

Quanto ao processo das “greves cirúrgicas” dos enfermeiros no SNS, é sabido que dois sindicatos de constituição recente, o SINDEPOR e a ASPE, com estatutos aprovados em meados de 2017, asseguraram a sua necessária convocatória legal, tendo a primeira decorrido no final de 2018 e a segunda sido iniciada em Janeiro de 2019 e suspensa em Fevereiro, após o aumento das exigências de serviços mínimos e a requisição civil accionada pelo Governo.

Estas greves tiveram apoio e envolvimento público da bastonária da Ordem dos Enfermeiros e da sua estrutura, bem como de movimentos ditos “inorgânicos” com forte expressão nas redes sociais (como o Movimento Nacional de Enfermeiros – MNEnf) e um processo singular de financiamento, baseado num sistema de *crowdfunding*, que terá reunido mais de 700.000 euros<sup>12</sup>, determinante para a duração e o impacto deste conflito.

Estes sindicatos propunham-se responder à profunda indignação neste sector do SNS, motivada pelos impasses no processo negocial com o governo sobre o estatuto profissional e os salários, tendo como pano de fundo a patente insatisfação com o estatuto da enfermagem de 2009, que, na prática, concentrou os enfermeiros numa única categoria, exigindo a criação de uma nova e distinta categoria de especialista, que reconhecesse a diferenciação salarial e de qualificações. Outras reivindicações do movimento eram dificilmente sustentáveis pelos efeitos em cadeia que teriam na Administração Pública, como a reforma aos 57 anos, com 35 anos de serviço.

Na origem deste processo esteve o movimento dos enfermeiros especializados em saúde materna e obstetrícia, a que se juntaria depois o MNEnf e dois sindicatos, numa manifestação que teve o apoio activo da Ordem e que reuniu milhares de enfermeiros nas ruas de Lisboa, a 15 de Setembro de 2017, o último dia de uma greve de cinco dias convocada por dois sindicatos (o Sindicato dos Enfermeiros/UGT e o SIPE). Uma manifestação que marcou um ponto de viragem no processo negocial e de mobilização, até aí conduzido pelo SEP (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, da CGTP), hegemónico no sector.

---

<sup>12</sup> Contas divulgadas pelo grupo promotor “Greve Cirúrgica” na sua página no Facebook, que é elucidativa também da estreita ligação deste grupo à actual direcção da Ordem.

É um facto que existiram esforços de entendimento e de construção de uma plataforma entre os sindicatos da enfermagem, tendo chegado a ser subscrito um “acordo de compromisso” entre o SEP e os outros cinco sindicatos (SE, SIPE, SINDEPOR, ASPE e SERAM), com “dez princípios” sobre a carreira de enfermagem e a articulação das estratégias de luta e negociação. E chegaram a realizar-se greves nacionais conjuntas, com uma manifestação nacional em 19 de Outubro passado.

Contudo, a disputa pela hegemonia do processo continuou. No final de Outubro, a ASPE e o SINDEPOR romperam o “acordo de compromisso” e desencadearam o processo das “greves cirúrgicas”, a que o SEP e outros sindicatos não aderiram e que foi suspenso em Fevereiro deste ano.

As negociações com o Governo prosseguiram então e foi recentemente aprovado em Conselho de Ministros o novo estatuto profissional que consagra as categorias de enfermeiro especialista e enfermeiro gestor, numa resposta parcial às exigências sindicais. Falta saber-se como vai ser regulada a transição, o acesso e a articulação entre carreiras, questões que podem gerar novos conflitos.

O papel da Ordem dos Enfermeiros e da sua bastonária neste conflito justifica atenção especial. Ana Rita Cavaco, que pertenceu ao CN do PSD, foi eleita bastonária em Janeiro de 2016, com 53,8% dos votos e uma abstenção próxima de 87%. À frente da Ordem tem dinamizado uma organização assente nos chamados “elos”, delegados da Ordem nos locais de trabalho (mais de 2 mil) que, ao contrário dos delegados sindicais (eleitos e sujeitos ao escrutínio dos seus pares) são nomeados e não escrutináveis. Estes “elos” constituem uma força organizada que serve a estratégia agressiva e ofensiva conduzida pela bastonária e a direcção da Ordem, em que é patente o objectivo de alcançar o controlo da acção colectiva dos enfermeiros em todos os domínios.

Os sindicatos minoritários, e sobretudo os novos (SINDEPOR/UGT e ASPE), resolveram disputar a hegemonia do SEP/CGTP, com quem divergiam na condução do processo reivindicativo. Nascidos a partir de duas listas concorrentes à Ordem, aproveitaram a perda de capacidade de liderança do SEP e o seu atraso na compreensão do estado de insatisfação dos enfermeiros quanto ao estatuto profissional. Articularam-se com a bastonária e com os movimentos “inorgânicos” e conquistaram protagonismo com a convocação das “greves cirúrgicas”.

Quanto ao SEP, tendo recuperado a sindicalização da maioria dos que se desfilaram no período mais crítico do final de 2018, em que terão saído cerca de 2.500 associados, continua a ser o sindicato dominante entre os cerca de 43.500 enfermeiros do SNS, mas enfrenta agora um poder sindical mais distribuído e a invasão, pela Ordem, da esfera sindical.

O SEP e os outros sindicatos enfrentam agora feridas e divisões sindicais mais profundas e uma Ordem com uma liderança de direita que, mesmo quando converge e usa tacticamente a ligação com sindicatos, tem uma organização capilar no terreno e uma estratégia hegemónica de facto anti-sindical, em ligação com movimentos “inorgânicos”. O que significa que algumas alianças sindicais de conveniência com uma Ordem assim podem revelar-se um sério amargo de boca para o sindicalismo e para o SNS no sector da enfermagem.

### **Direito de greve, fundos de greve e papel das Ordens profissionais**

A experiência das “greves cirúrgicas” prolongadas suscita problemas novos, ou com novas roupagens, sobre os quais o sindicalismo e o mundo do trabalho terão de reflectir:

1. Não é novidade a realização de greves localizadas e desencadeadas por grupos de trabalhadores situados em sectores críticos, dotados de um maior poder estrutural de pressão. Mas as “greves cirúrgicas” prolongadas, em blocos operatórios do SNS, levantam sérias questões éticas e legais quanto ao conteúdo e aos limites do **exercício do direito de greve** e suscitam a necessidade de reavaliar o equilíbrio entre este direito e o direito à saúde e à vida. Não por acaso, a OIT define como serviços essenciais e mínimos aqueles “cuja interrupção colocaria em risco a vida, a segurança pessoal ou a saúde de toda ou parte da população”.

Este conflito também fragilizou o SNS, cuja defesa foi notoriamente secundarizada no processo de luta, abalou o justificado prestígio social da profissão e abriu caminho a uma interpretação mais exigente dos serviços mínimos, o que poderá penalizar injustamente futuras greves.

2. É verdade que os **fundos de greve** não têm tradição relevante no movimento sindical em Portugal, sendo poucos os casos de sindicatos com fundos de greve estatutários e organizados. Porém, o processo de *crowdfunding* levanta questões mais profundas, nomeadamente a da admissibilidade de constituição de um fundo aberto, exterior, sem limites conhecidos quanto à origem das contribuições e sem controlo dos sindicatos para financiar greves.

Na medida em que “o recurso à greve é decidido por associações sindicais” (artigo 531º.1 do Código do Trabalho), os fundos de greve deveriam ser administrados exclusivamente por sindicatos, na base das contribuições dos trabalhadores que representam. Nos termos em que foi utilizado, o *crowdfunding* significa que os sindicatos convocam greves, mas aceitam ser condicionados, na sua autonomia e na condução dos processos, por movimentos externos que decidem as condições para aguentar a luta encetada. De facto, o que determinou a recente greve foi, sobretudo, o *crowdfunding*, não os sindicatos.

Há, por isso, um debate a fazer sobre o que devem ser os fundos de greve e os seus limites, não sendo, em nenhum caso, aceitável a sua exterioridade face aos sindicatos.

3. O evidente papel invasivo da esfera sindical e da luta dos enfermeiros por parte da Ordem e da sua bastonária, coloca a necessidade da reavaliação política das **funções das Ordens profissionais** e da clara separação entre ordens e sindicatos. Não é aceitável que o papel das Ordens, de inscrição obrigatória e a quem o Estado atribui funções na esfera deontológica e de auto-regulação profissional, se sobreponha ao papel dos sindicatos, “a associação permanente de trabalhadores para defesa e promoção dos seus interesses socioprofissionais” (Artigo 442º 1.a) do CT), cuja independência é constitucionalmente protegida e se fundamenta no princípio da liberdade sindical. Da simpatia à ingerência vai uma distância que importa manter e não eliminar.

### **Cinco observações finais sobre os actores políticos da conflitualidade laboral**

1. **O actual Governo do PS** tem uma responsabilidade política fundamental na agudização da conflitualidade laboral. Alimentou, com a complacência dos outros partidos à esquerda, com quem celebrou os acordos interpartidários, a ilusão pública do fim total da austeridade, enquanto manteve, em nome das “contas certas”, um efectivo alinhamento com as orientações da UE, com reflexos na degradação de serviços públicos e na falta de investimento público.

É aliás notório o recentramento político do Governo e do PS, depois do seu congresso partidário no ano passado e a mão pesada na relação com o mundo do trabalho, em contraste com os recursos que nunca faltam para emendar os crimes do sector financeiro. O que reforça a percepção social da injustiça num dos mais desiguais países europeus. A intransigência do

Governo nas negociações com as organizações sindicais mais representativas tem o efeito colateral de facilitar a irrupção de movimentos alternativos aos sindicatos que têm enquadrado e organizado a mobilização social e que são parceiros do diálogo social.

Esta solução política permitiu recuperar direitos e corrigir graves injustiças sociais do anterior Governo da direita coligada. Mas não contém uma visão partilhada e estratégica para uma governação alternativa de esquerda.

2. A baixa sindicalização e organização nos locais de trabalho, as dificuldades de organização do precariado e de novos sectores profissionais, o enfraquecimento e desactualização de culturas e modelos de organização, participação e democracia sindical, a falta de abertura à sociedade civil e aos outros movimentos sociais, são factores que potenciam novos modos de ocupação dos vazios de representação de interesses.

A recente greve dos motoristas de matérias perigosas, convocada por um sindicato profissional recém-criado (o SMMP<sup>13</sup>) para representar especificamente este grupo de 800 profissionais, nasce da sua legítima insatisfação com os salários muito baixos e com o não reconhecimento da sua específica condição e certificação no CCTV vertical negociado em 2018 entre a FECTTRANS e a ANTRAM, que abrange os 50.000 motoristas de transportes rodoviários de mercadorias<sup>14</sup>. Demonstra bem a necessidade de o movimento sindical procurar respostas e soluções de organização e coordenação que equilibrem melhor a solidariedade e a representação dos interesses gerais com o reconhecimento e representação de grupos profissionais específicos dotados de maiores recursos de poder. O problema não é novo (lembramos os casos dos maquinistas da CP ou dos pilotos da aviação civil). Mas as mudanças actuais no mundo do trabalho tendem a promover a autonomização sindical destes grupos profissionais.

3. Os processos de luta aqui analisados chamam, também, a atenção para o facto de a construção da **unidade de acção e de convergências ou plataformas conjuntas**, respeitando as distintas identidades dos sindicatos envolvidos, assegurarem uma mais eficaz capacidade de representação, liderança e enquadramento da mobilização dos trabalhadores.

Alguns exemplos podem, neste âmbito, ser invocados. São os casos positivos de cooperação entre sindicatos da CGTP e da UGT na recente e bem sucedida negociação conjunta de uma convenção colectiva para o sector da vigilância ou em processos de contratação colectiva no sector têxtil. Como exemplo negativo, o recente Acordo na Concertação Social, que constituiu uma oportunidade perdida para se conseguir um texto mais favorável, num momento em que as confederações patronais estavam na defensiva. Oportunidade perdida por responsabilidade primeira do Governo, que não quis deliberadamente usar a relação de forças política e social para levar mais longe um compromisso na Concertação, que os patrões prefeririam à alternativa de perder mais no parlamento com uma maioria à esquerda. Mas responsabilidade, também, das centrais sindicais que estiveram de costas voltadas, recusando a evidência de que a convergência e coordenação em torno dos denominadores comuns possíveis é uma opção mais

---

<sup>13</sup> Sindicato Nacional de Motoristas de Matérias Perigosas (SMMP), com estatutos e constituição publicados no BTE 41/2019 (08/11).

<sup>14</sup> Este CCT vertical para o sector de transportes rodoviários de mercadorias (BTE 34/2018, 15/09) teve o mérito de fazer a revisão global de um outro CCTV com 20 anos de existência, estabelecendo, porém, um salário-base mensal único de 630 € para todos os motoristas abrangidos (cerca de 50.000) e distinguindo apenas subsídios adicionais para o âmbito geográfico da operação (nacional, ibérica ou internacional).



vantajosa para os trabalhadores do que a divisão, a qual tem aproveitado à acção instrumental do Governo e às confederações patronais unidas.

4. Não é aceitável que a resistência do Governo PS, os impasses e divisões na esquerda e a dificuldade de diálogo entre as centrais sindicais tenham desperdiçado até agora a oportunidade de uma reforma que reduza o actual desequilíbrio contra o trabalho do **sistema de negociação colectiva**. É cada vez mais evidente a necessidade da **construção de um sistema de aferição da representatividade** das associações que assegure um sistema mais responsável de relações colectivas de trabalho e de representação.

São vários os sinais e avisos de que é preciso contrariar os riscos de pulverização oportunista descredibilizadora do sindicalismo e de manipulação dos mecanismos de representação, da negociação colectiva e da caducidade por empregadores e por sindicatos pouco ou nada representativos, nalguns casos de directa inspiração patronal.

É necessário quebrar tabus sindicais e políticos, em especial das centrais sindicais e dos partidos da esquerda, que em última instância se estão a revelar asfixiantes e paralisadores, buscando soluções e denominadores comuns nestas matérias que protejam a liberdade sindical e uma pluralidade associativa responsável na representação do trabalho. Superando velhos traumas, desconfianças e divisões que dificultam o diálogo para enfrentar situações e problemas novos. Enterrar a cabeça na areia deu sempre mau resultado.

5. Os **sindicatos**, nascidos no bojo do capitalismo triunfante para organizar os trabalhadores na representação colectiva dos seus interesses, **não têm alternativa nem substituto**. Têm a sua existência, justificação e necessidade inexoravelmente associados ao trabalho assalariado de que se alimenta o sistema capitalista. Bem representado na dupla face do Janus da mitologia grega. Factor de libertação e de emancipação e factor de dominação e de reprodução do sistema.

A questão está, portanto, na capacidade de as centrais e o conjunto das organizações sindicais existentes se renovarem e responderem à evidente crise de representação que enfrentam. Isto é, saber se são capazes de harmonizar a sua identidade essencial com a necessária reforma das suas culturas, práticas e modos de organização, de participação, de acção colectiva e de ligação e abertura à sociedade e a outros movimentos sociais. Se não estiverem à altura destes desafios, como canta Camões no seu belo e dialéctico poema, então “todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades...”.